**BIBLIOTECONOMIA ENVERGONHADA\***
[**Setembro/2009**]

*Eliane Serrão Alves Mey*

Revisão de: Marília Motta Ludgero da Silva (a quem agradeço as correções da língua portuguesa e dos excessos).

A Biblioteconomia é das profissões mais antigas do mundo.

A primeira, certamente, foi a de tradutor, ou intérprete, quando os agrupamentos humanos se comunicavam entre si, ou quando o tradutor, dentro de um agrupamento, interpretava a vontade dos deuses. Aquela outra profissão, dita mais antiga, corresponde ao surgimento de bens materiais e valores individuais, não coletivos. Apenas a existência da posse e da herança faz com que a mulher se torne propriedade de um indivíduo, e não parte de um clã (1).

Quanto à antigüidade da Biblioteconomia, pode-se afirmar que seus fundamentos permanecem semelhantes ao longo dos milênios, embora suas técnicas, seus equipamentos, a produção e o uso de seus instrumentos, seus focos, seus usuários e seus estudos se hajam modificado com relativa freqüência.

E como se pode definir Biblioteconomia? Alguma literatura sobre o assunto (2), embora não amplamente revista e citada, permite resumir certas definições. Encontram-se os seguintes pontos essenciais, que a constituem, de modo geral: a) aquisição dos registros do conhecimento (desde a coleta de materiais tangíveis à criação de acervos digitais); b) organização dos registros do conhecimento (inclui análise, representação, criação de instrumentos de análise e representação, estudos teóricos e práticos, os mais variados); c) disseminação dos registros do conhecimento (abarca tanto os instrumentos de disseminação como os estudos sobre os usuários dos registros e outros aspectos teóricos e práticos).

Existem problemas iniciais com o termo Biblioteconomia, que se podem explicar, mesmo que não justificar:

a) a raiz *biblio*, derivada de *biblion*, não significa absolutamente livro; origina-se do grego, quando nem remotamente existia algo assemelhado a um livro; porém, referia-se à cidade de Biblos, produtora do papiro, material utilizado para escrita à época, em rolos (tipo barra de rolagem, como diz Manguel (3));

b) a palavra grega *théke*significa “caixa”e, por extensão, qualquer contêiner onde o material bibliográfico se encontre: estante, sala, edifício (cf. Edson Nery da Fonseca (4));

c) os sufixos *-nomo*, *-nomia* e *-nômico* derivam-se do grego -*nomos, - nomia, -nomikos*, e se aplicam a normas, regras, administração (por exemplo: agronomia, economia).

Portanto, a grosso modo, pode-se dizer que, segundo sua origem etimológica, a **Biblioteconomia** consistiria no conjunto de normas, regras ou leis para locais onde se guardam registros do conhecimento, ou na administração destes. Venhamos e convenhamos, uma definição muito pobre e acanhada para uma profissão de tal importância, respeitada no mundo inteiro (aqui já é outra conversa, à qual se espera chegar).

Talvez por sua origem etimológica, talvez pelas veneráveis instituições físicas, marcos arquitetônicos de prestígio, poder e cultura das nações, a Biblioteconomia continuou sempre, até o final do século XX, com sentido geográfico, espacial, vinculado aos edifícios-bibliotecas (5). A Profa. Cordélia Robalinho Cavalcanti, certa vez, disse que chamar os profissionais da Biblioteconomia de bibliotecários corresponderia a chamar os médicos de “hospitalários”. (Durante a Idade Média, de fato, houve uma ordem monástica e guerreira, de hospitalários, cujos mosteiros deveriam abrigar peregrinos, doentes e feridos.) Assim, as bibliotecas, ao longo da História, destinavam-se à guarda, preservação e, até mesmo, disseminação de objetos físicos, tangíveis. Ou seja, um local**para onde** os usuários se deslocavam (ainda que para tomar emprestados os documentos), e não **de onde** se deslocavam os materiais até os usuários – função hoje exercida pelos arquivos eletrônicos na rede mundial de computadores.

Por fim, do mesmo modo, devido talvez a suas origens etimológicas, a Biblioteconomia caracterizou-se por conjuntos de normas, regras e, durante algum período ao final do século XX, pela administração. Nada tão enganoso, porque tais conjuntos de normas e regras mostram-se mais mutantes e mutáveis do que as roupas no dia-a-dia. E Biblioteconomia não é administração, mas esta se torna parte da multidisciplinaridade biblioteconômica.

Estaríamos, então, diante de uma área com nome falso? Erro de identidade? Amnésia profissional?

A partir do avanço significativo da eletrônica, durante e após a Segunda Guerra Mundial (uso bélico), até chegar ao uso institucional civil (décadas de 1970 e 1980) e ao uso individual (décadas de 1980, 1990 e neste início de século), formou-se um novo conceito, o de “ciência da informação”, com inúmeros significados. Cabe aqui dizer que, como a “informação” é uma espécie de cortesã requisitadíssima, com uma corte numerosa e nenhum senhor, torna-se quase impossível determinar-lhe as características. Ela sempre muda, de acordo com o requisitante de seus favores no momento.

Lógico, hoje o mundo vive de informações. Mas será que estamos em uma sociedade da informação? Não creio!

Bem, talvez o mundo viva de conhecimento. Será que estamos em uma sociedade do conhecimento? Creio menos ainda!

Na verdade, a informação pura e simples, ou seja, o conjunto de signos que possui algum sentido, é manipulada, vendida, difundida, de acordo com interesses específicos, desde sua produção até seu consumo.

Há algumas semanas, por exemplo, avassalam-nos diariamente “informações sobre a gripe H1N1”, por meio de boletins, notícias, entrevistas, publicidade, entre outros. Nenhum deles, porém, repassou-nos informações corretas e significativas. Se a mídia é contra o governo, apenas apresenta as mortes, para subentender que o governo não faz nada. Se os entrevistados são a favor do governo, tentam minimizar o quadro. Por um lado, fecham as escolas; por outro, continua o campeonato brasileiro de futebol, com milhares de pessoas concentradas em um estádio. Ou seja, uma quantidade massiva de informações manipuladas, de pouca valia para nós, cidadãos comuns. Sociedade da informação? Que falácia!

Da mesma forma, a “sociedade do conhecimento” faz-se para poucos. Historicamente, a “sociedade agrária” fazia-se para os donos da terra, e não para os servos-camponeses que nela trabalhavam; a “sociedade industrial” fazia-se para os donos das indústrias, e não para os operários que nelas trabalhavam; a “sociedade do conhecimento”, ou a terceira onda de Toffler (6), faz-se para os poucos que detêm a posse ou os direitos (patentes) sobre o conhecimento e a informação, não para aqueles que com elas trabalham (um químico em uma indústria não usufruirá de seu conhecimento do mesmo modo que o conjunto de acionistas majoritários). Bill Gates talvez seja um dos únicos no mundo a desfrutar de seu próprio saber, em meio a bilhões. Sociedade do conhecimento? Mais uma falácia!

Como todas as falácias globalizadas, a Biblioteconomia e a Documentação internacionais mergulharam de cabeça na Ciência da Informação, esta área nebulosa, no limiar de várias outras, que ninguém sabe exatamente o que é.

O tesauro da Unesco, de 1975 (7), também confuso, na era pré-internet estabeleceu sutis diferenças entre “ciência da informação” e “ciências da informação”. A Biblioteconomia seria um termo específico (TE) para Ciências da Informação e um termo relacionado (TR) à Ciência da Informação. A literatura sobre o tema é vastíssima e não nos preocupamos em citá-la. Destaca-se Buckland (8), em texto clássico, que distinguiu três tipos de informação: “como processo”, “como conhecimento” e “como coisa”.

Parece bastante claro que a informação, usada por biólogos, estatísticos ou jornalistas, por exemplo, serve de base para a elaboração de um conhecimento e seu conseqüente registro – só se pode tornar acessível, atingir o fim último de disseminação, a partir de seu registro, mesmo em ambientes naturais. (Um jardim botânico se diferencia substancialmente de um bosque, mesmo que ambos se mostrem indispensáveis à humanidade) Neste caso, portanto, a informação seria o fundamento para a produção de conhecimento e de registros do conhecimento. Nós, profissionais bibliotecários, também o geramos, dentro de nossa área; por exemplo: uma análise sobre comportamento dos usuários frente a catálogos automatizados, ou bibliotecas digitais. Informação, neste caso, caracterizar-se-ia como alicerce, ou como informação basilar.

Muito diferente apresenta-se  a “informação” com a qual trabalhamos, que organizamos e disseminamos, a matéria-prima da Biblioteconomia, da Documentação e de todas as ciências afins. A propósito, Muela Meza (9) nos denomina “profissionais da informação documental”. Não há como confundir a informação basilar com a informação matéria-prima, ou informação documental, ou registro do conhecimento. Na verdade, produzimos meta-informação; isto é, informações sobre informações documentais ou registros do conhecimento.

Existem, ainda, outros tipos de “informação”, como os bits e bytes e outros fenômenos físicos da ciência da computação e das telecomunicações, que nos interessam apenas na medida em que afetam ou facilitam nosso trabalho.

Ao partir da leitura de alguns textos internacionais sobre formação em Biblioteconomia (10), verificam-se dois pontos-chave: a Biblioteconomia continua valorizadíssima no exterior e cada vez mais os cursos se denominam Ciência da Biblioteca e da Informação [Library and Information Science, ou LIS].

Um parêntese: há algumas décadas, existiam dois termos para Biblioteconomia em inglês: *Librarianship*[*librarian*= bibliotecário; *-ship*= sufixo para profissão; donde, Profissão de Bibliotecário] e *Library Science* [Ciência da Biblioteca]. Quando a Biblioteca deixou de ser geográfica para abarcar, também, o intangível, acrescentou-se*Information* [Informação] à Ciência da Biblioteca, gerando a LIS, sem abandonar a *Library*.

Após o Protocolo de Bolonha (11), já implementado em alguns países europeus (embora com inúmeras críticas e restrições), as universidades apresentam o modelo idêntico ao brasileiro: graduação, mestrado e doutorado. Os bibliotecários formam-se na graduação, com possibilidade de adquirir o certificado por outras vias, como mestrado ou especialização em Biblioteconomia (não em Ciência da Informação), após a graduação em outra área. Ou seja, a Biblioteconomia tem características próprias, arcabouços teórico e prático próprios, que exigem formação específica. O que não significa uniformidade nos currículos.

A França revela-se um caso à parte, ao proporcionar formações diferentes para tipos diversos de atuação, embora permaneça com a Biblioteconomia. Há duas associações profissionais de bibliotecários franceses: associação dos propriamente ditos e associação dos bibliotecários especializados e documentalistas. Oferece também um número significativo de cursos de pós-graduação voltados à área de tecnologia da informação e comunicação, ou seja, ao sentido amplo de Ciências da Informação.

O que acontece, no Brasil, que torna a  Biblioteconomia tão envergonhada? Os bibliotecários não querem ser bibliotecários, mas “cientistas da informação” (qual das informações?), ou documentalistas, ou profissionais da informação etc. Por que não queremos ser “simplesmente” bibliotecários? Existe o estigma da palavra biblioteca; existem as bibliotecas escolares e públicas, regra geral precárias ao extremo. Essas não são causa, porém efeito, ou melhor, sintomas de doença social. Bibliotecas ruins implicam descrédito e menosprezo aos bibliotecários, criação de barreiras contra a leitura e contra o uso coletivo do conhecimento, contra a possibilidade de opção por alternativas e caminhos vários.

E como se demonstra este desprezo profissional no Brasil, esta gritante baixa-estima? Não apenas por trabalhos sérios e científicos (ver a tese de Tereza Walter (12), entre outros grupos de estudos e pesquisas), porém desde os cursos de Biblioteconomia em si. Certos profissionais de outras áreas, mesmo participantes da formação de bibliotecários, julgam-se superiores e, mais grave ainda, os docentes bibliotecários os aceitam como tal! Há cursos no Brasil que, de tão descaracterizados pela pseudo-interdisciplinaridade, por preconceitos medianos e desrespeitosos ao meio, entraram em colapso, em crise de identidade, originando conseqüências catastróficas à profissão e aos profissionais. Os desdobramentos iniciam-se pelo não reconhecimento da cientificidade da área. O que se torna muito estranho, **mesmo**.

Nós, bibliotecários, há milênios indexamos, criamos classificações do conhecimento, criamos linguagens documentárias e representação documental; estudamos comunicação com os usuários, e, pelo menos durante todo século XX, elaboramos e utilizamos dados estatísticos para avaliação de nossos instrumentos e seu uso (Otlet já tratava da bibliometria e faleceu em 1944) (13). Nada disso chegou junto com os computadores, ou com a análise de sistemas, ou com bancos de dados. Ao contrário, os conhecimentos biblioteconômicos tornaram-se subsídios para o desenvolvimento de conceitos teóricos nas áreas computacionais, entre outras.

Fique bem claro que não tenho absolutamente nada contra a computação! Adoro os equipamentos que facilitam nossa vida, cada dia mais práticos. Quem, vinte anos atrás, enfrentou filas e mais filas de bancos, ou pagamentos em carnê nas lojas, ou até cadernos de armazém, sabe o quanto vale um caixa eletrônico! Nada de voltar à era pré-internet, ou ao início do século XX, quando tínhamos varíola, gripe espanhola, tuberculose e outros males, sem vacina alguma, ou sem possibilidade de cura. Nada de saudosismos baratos! Os séculos XIX e XX têm importância histórica, social, filosófica, de grandes mudanças e acomodações da humanidade, mas viver no século XXI é muito melhor...

Nada disso, porém, nos impede de reconhecer que, mesmo mudada, a Biblioteconomia continua aí, abrindo portas a todos os seres humanos, não para uma “sociedade do conhecimento”, mas para a transformação, o crescimento, o aprimoramento ético e social de cada indivíduo.

Por isto, indago: por que a Conferência Geral da IFLA, o mais importante evento biblioteconômico do mundo, com textos absolutamente essenciais para conhecimento e atualização dos bibliotecários, não vale pontos, ou quase nada, no conceito CAPES? Por que o CBBD [Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação] é desprezado pelos docentes de Biblioteconomia, com mínimo comparecimento? (Parece que a CAPES também não reconhece este congresso.) Por que temos cursos “burocrático-contabilistas” (especialmente na pós-graduação), onde se conta a produção docente em números? Alguém já se deu ao trabalho de investigar se uma produção excessiva não é fruto do prolífico autor “Control-C, Control-V”? Quem indexa e verifica similitudes e repetições, em vez de simplesmente confiar no Google, ou no Google Acadêmico? Alguém já se deu ao trabalho de verificar se não há um Maracanã inteiro de autores em um único texto? Será que o texto é coletivo, ou há uma apropriação indébita de autoria: eu assino seu texto e você assina o meu, ou algo semelhante?

Outro fato esdrúxulo ocorre ultimamente: orientandos de diversos cursos, de graduação ou pós-graduação, em vez de clarearem suas mentes em tais escolas e programas, parece que se obscurecem, tornam-se obtusos e não conseguem escrever nem mais uma linha por si mesmos! Dependem de seu orientador e do nome deste para qualquer texto publicado! Um fenômeno deveras curioso, que requer observação e estudo cuidadosos.

Há um caso difícil: o equilíbrio justo entre docentes bibliotecários e não-bibliotecários. A interdisciplinaridade, quando corretamente aplicada, seguindo preceitos éticos, pode tornar-se profícua e obter bons resultados. Se diferentes especialistas realizam pesquisas conjuntas **voltadas à Biblioteconomia**, se conhecem não apenas sua área, mas também a Biblioteconomia e seus princípios em profundidade e propõem-se a apresentar um enfoque diferente, existe um ganho indubitável. Porém, as pessoas refletem sua própria formação, sempre. Um número maior de docentes externos à área do que docentes bibliotecários criará sempre um viés desnecessário: seja para a estatística, a administração, a computação, a literatura, a sociologia, a comunicação, ou qualquer outra presente nos cursos, tangentes e necessárias à Biblioteconomia, porém nunca seu cerne. Comprometer futuros profissionais com esses vieses é uma temeridade sem volta e sem conserto (e em concerto desarmônico).

Todos nós, docentes, inclusive os burocratas/contabilistas (não cito o cunhador do termo por discrição) da Ciência da Informação, precisamos colocar a mão na consciência e verificar: o quanto somos culpados pela formação dos nossos alunos? O quanto aceitamos visões de mundo equivocadas? O quanto nos aproveitamos do trabalho alheio? O quanto estamos mais preocupados com a quantidade do que com a qualidade do que publicamos ou orientamos? Por que nós, bibliotecários, não nos impomos como parte de um universo científico, real, aceito por todos os órgãos de fomento, em vez de nos escondermos atrás de disciplinas ambíguas? Por que aceitar apenas o conhecimento desenvolvido em cursos de sentido estrito (e que nem sempre contribuem de modo efetivo para a profissão e para o conhecimento em si) e menosprezar o “saber de experiências feito” (como citaram mais de uma vez o Prof. Edson Nery e a Profa. Cordélia Cavalcanti). Por que tive o privilégio de presenciar aulas ou palestras de professores altamente competentes, cultos, que revolucionaram ou mesmo criaram a Biblioteconomia brasileira, embora sem nenhuma “letrinha após o nome”, enquanto muitos estudantes, hoje, assistem às aulas de professores titulados, mas que mal sabem expressar-se em nossa língua materna? Por que os alunos são obrigados a presenciar aulas de docentes que, não apenas desconhecem a profissão, como também a menosprezam? Uma questão de gerações? Ou um desrespeito?

Aqui entre nós: estamos indiscutivelmente habilitados a criar hábitos de leitura, a trabalhar com crianças e jovens, a realizar o papel maior da Biblioteconomia de permitir o acesso público, livre e gratuito aos registros do conhecimento?

Há muito o que pensar, muito o que pesquisar e muito o que escrever. Nesta hora em que parece decidir-se a Educação no Supremo Tribunal Federal (veja-se o caso dos jornalistas), vamos refletir sobre o assunto, unirmo-nos em torno de um objetivo comum e salvar a Biblioteconomia brasileira, na certeza de que se trata de profissão capaz de mudar o mundo.

Referências

1 - Engels, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Trad. de Leandro Konder. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

2 - Alix, Yves; Revelin, Gaël. Les bibliothécaires, combien de divisions? *Bulletin des Bibliothèques de France*, v. 54, n. 4, 2009. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2009-04-0017-002>. Acesso em: 07 agosto 2009.

Fonseca, Edson Nery da. *Introdução à Biblioteconomia*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2007.

Shera, Jesse H. *The foundations of education for librarianship.* New York: Becker and Hayes, c1972.

 Há inúmeras outras fontes não referenciadas.

3 -Manguel, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

4 -Fonseca, Edson Nery da. *Op. cit.*

5 -Afirmado por:

Bauwens, Michel. Le temps des cybérothécaires? *Documentaliste-Sciences de l’Information*, v. 31, n. 4-5, p. 233-237, 1994. ***Apud***

Cavalcanti, Cordélia R. *Da Alexandria do Egito à Alexandria do espaço.* Brasília: Thesaurus, 1996. p. 89.

Mais recentemente, no texto de:

Maack, Mary Niles. Place and space as presented in English language library and information science encyclopedias. In: IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL*,*74., 2008, Quebec, Canadá. *[Proceedings].*Disponível em: [**<http://archive.ifla.org/IV/ifla74/papers/091-Maack-en.pdf**](http://archive.ifla.org/IV/ifla74/papers/091-Maack-en.pdf)>. Acesso em: julho 2009.

6 - Toffler, Alvin. *A terceira onda.* Rio de Janeiro: Record, 1982.

7 - Wersig, Gernot; Neveling, Ulrich. *Terminology of documentation*: a selection of 1,200 basic terms published in English, French, German, Russian and Spanish. Paris: Unesco, 1976.

8 - Buckland, Michael. Information as thing. *Journal of the American Society of Information Science,* v. 42, n. 5, p. 351-360, June 1991.

9 - Muela Meza, Zapopan Martín. Introducción al pensamiento crítico y escéptico en las ciencias de la información documental. *Crítica Bibliotecológica*, Monterrey, Mexico, vol. 1, no. 1, jun-dic 2008. Disponível em: <http://critica.bibliotecologica.googlepages.com/>. Acesso em: julho 2009.

10 - Por exemplo:

Alix, Yves; Revelin, Gaël.  *Op. cit.*

Audunson, Ragnar. Library and information science education: is there a Nordic perspective. In: IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL*,*71., 2005, Oslo, Norway. *[Proceedings].*Disponível em: <http://archive.ifla.org/IV/ifla71/papers/061e-Audunson.pdf>. Acesso em: julho 2009.

Broady-Preston, Judith. Changing information behaviour: education, research and relationships. IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL*,*73., 2007, Durban, South Africa. *[Proceedings].*Disponível em: <http://archive.ifla.org/IV/ifla73/papers/158-Broady-Preston-en.pdf>. Acesso em: julho 2009.

11 – THE BOLOGNA declaration on the European space for higher education. Disponível em: <http://ec.europa.eu/education/policies/educ/bologna/bologna.pdf>. Acesso em: julho 2009.

12 - Walter, Maria Tereza Machado Teles.  *Bibliotecários no Brasil*: representações da profissão. 2008. Tese (doutorado)-Universidade de Brasília, 2008.
13 - Fonseca, Edson Nery da (Org.). *Bibliometria*: teoria e prática. São Paulo: Cultrix, 1986.

Nota:
\* Este texto delirante não apresenta referências formais nem citações ao longo da escrita (como preconizado nos meios acadêmicos), mas somente ao final. A vantagem de perdermos as amarras da Academia reside no direito de se escrever o que se quer e na forma desejada, sem perder de vista o “dai a César o que é de César” (Bíblia, Novo Testamento, século I d.C .).